



# URUOCA

GOVERNO MUNICIPAL

Tem trabalho,  
tem respeito e  
muito para se ORGULHAR



## JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

### PREÇO E ESCOLHA

**PROCESSO DE DISPENSA Nº 0080201.2023**

#### **I - DA NECESSIDADE DO OBJETO**

Trata o presente auto do procedimento a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO E REPRODUÇÃO DA REVISTA INFORMATIVA INSTITUCIONAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA ASSESSORIA ESPECIAL DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE URUOCA- CE, de acordo com **Memorando nº. 001/2023**, de 02 de janeiro de 2023, fls. 01,02, 03,04 e 05.

A possível contratação justifica-se com objetivo de informar aos munícipes sobre as ações executadas na gestão governamental. Além de pontuar que a revista terá eixos que mostram os trabalhos, desenvolvidos pelas secretarias da Gestão Pública, Saúde, Obras Públicas, Educação, Cultura, Desenvolvimento Social, Comunicação e Desenvolvimento Rural. Valorizando de forma transparente desde as questões de recursos humanos até a questão da qualidade de vida que é de extrema importância para população de Uruoca-CE.

Considerando que esta Gestão vem buscando incansavelmente parcerias, convênios, termos de cooperação, entre outros métodos para realizar estruturas nas secretarias municipais para que as mesmas possam ofertar serviços de qualidade a toda população.

Consideração que o intuito da divulgação dessas ações, através de uma revista, é basicamente para divulgar as ações e programas realizados por esta administração, dando conhecimento das melhorias realizadas no Município.

Considerando que a revista irá destacar os investimentos voltados a reforma e construção de imóveis, entre outras aquisições relevantes na evolução que o Município de Uruoca teve.

#### **II – DA DISPENSA DE LICITAÇÃO**

As compras e contratações das entidades públicas seguem obrigatoriamente um regime regulamentado por Lei.

O fundamento principal que reza por esta iniciativa é o artigo. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, no qual determina que as obras, os serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações.

**GOVERNO MUNICIPAL DE URUOCA**

Rua João Rodrigues, 173 – Centro Uruoca-CE

Ouvidoria Municipal: (88) 992559694 - [www.uruoca.ce.gov.br](http://www.uruoca.ce.gov.br)

[licitação@uruoca.ce.gov.br](mailto:licitação@uruoca.ce.gov.br)





# URUOCA

GOVERNO MUNICIPAL

Tem trabalho,  
tem respeito e  
muito para se ORGULHAR



A licitação foi o meio encontrado pela Administração Pública, para tornar isonômica a participação de interessados em procedimentos que visam suprir as necessidades dos órgãos públicos acerca dos serviços disponibilizados por pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas nos campos mercadológicos distritais, municipais, estaduais e nacionais, e ainda procurar conseguir a proposta mais vantajosa às contratações.

Para melhor entendimento, vejamos o que dispõe o inciso XXI do Artigo 37 da CF/1988:

(...)

*"XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à adequada execução e fiel cumprimento das obrigações."*

Para regulamentar o exercício dessa atividade foi então criada a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, mais conhecida como Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

O objetivo da licitação é contratar a proposta mais vantajosa, primando pelos princípios da legalidade, impessoalidade, igualdade, moralidade e publicidade. Licitar é regra.

Entretanto, há aquisições e contratações que possuem caracterizações específicas tornando impossíveis e/ou inviáveis as licitações nos trâmites usuais, frustrando a realização adequada das funções estatais.

Na ocorrência de licitações impossíveis e/ou inviáveis, a lei previu exceções à regra, as Dispensas de Licitações e a Inexigibilidade de Licitação. Trata-se de certame realizado sob a obediência ao estabelecido no art. 24, inciso II da Lei n. 8.666/93, onde se verifica ocasião em que é cabível a dispensa de licitação:

*"Art. 24 É dispensável a licitação:*

...

*II - para outros serviços e compras de valor até cinquenta por cento do limite previsto na alínea "a" do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez."*

No caso em questão, verifica-se a Dispensa de Licitação com base jurídica no inciso II do art. 26, da Lei nº 8.666/93.

**GOVERNO MUNICIPAL DE URUOCA**

Rua João Rodrigues, 173 – Centro Uruoca-CE

Ouvidoria Municipal: (88) 992559694 - [www.uruoca.ce.gov.br](http://www.uruoca.ce.gov.br)

[licitação@uruoca.ce.gov.br](mailto:licitação@uruoca.ce.gov.br)





# URUOCA

GOVERNO MUNICIPAL

Tem trabalho,  
tem respeito e  
muito para se ORGULHAR



### III – DA JUSTIFICATIVA DA DISPENSA E NÃO OCORRÊNCIA DE FRAGMENTAÇÃO

Diz o art. 26 da Lei 8.666/93, em seu parágrafo único:

*"Parágrafo único – O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:*

*I – caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;*

*II – razão da escolha do fornecedor ou executante;*

*III – justificativa do preço;*

*IV – documentos de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados."*

Os atos em que se verifique a dispensa de licitações são atos que fogem ao princípio constitucional da obrigatoriedade de licitação, consagrando-se como exceções a este princípio. Assim, este tipo de ato trata-se de ato discricionário, mas que devido a sua importância e necessidade extrema de idoneidade, submete ao crivo de devida justificativa que ateste o referido ato. No caso em questão se verifica a ocorrência dos incisos II e III, do parágrafo único, do art. 26 da Lei 8.666/93.

### IV – DA RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR OU EXECUTANTE

Em análise aos presentes autos, observamos que foram realizadas pesquisas de preços junto a empresa: **THIAGO CARNEIRO DE CARVALHO- CNPJ: 24.099.390/0001-67, com sede na Rua Anahid Andrade, 792, Centro, Sobral-CE, CEP: 62.011-000**, sendo apresentados preços compatíveis com os praticados no mercado.

Sendo que o preço da contratação se evidencia pelo fato da empresa **THIAGO CARNEIRO DE CARVALHO- CNPJ: 24.099.390/0001-67**, ter ofertado o menor preço global para o Setor de Cotação/Compras, apresentando o valor Global de **R\$: 11.400,00 (onze mil e quatrocentos reais)**, segundo prévia cotação de preços levada a efeito, conforme mapa de cotação de preços, anexo ao processo.

Os serviços disponibilizados pelo **THIAGO CARNEIRO DE CARVALHO- CNPJ: 24.099.390/0001-67, com sede na Rua Anahid Andrade, 792, Centro, Sobral-CE, CEP: 62.011-000**, é compatível e não apresenta diferença que venha a influenciar na escolha, ficando está vinculado apenas à verificação do critério do menor preço.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNITARIO (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$)
1	CONFECCÃO E REPRODUÇÃO DE 500 EXEMPLARES DA REVISTA INSTITUCIONAL: CAPA 30 X 42,5 CM, TINTA POLICROMIA EM PAPEL COUCHE	SERVIÇO	500	22,80	

**GOVERNO MUNICIPAL DE URUOCA**

Rua João Rodrigues, 173 – Centro Uruoca-CE

Ouvidoria Municipal: (88) 992559694 - [www.uruoca.ce.gov.br](http://www.uruoca.ce.gov.br)

[licitação@uruoca.ce.gov.br](mailto:licitação@uruoca.ce.gov.br)





# URUOCA

GOVERNO MUNICIPAL

Tem trabalho,  
tem respeito e  
muito para se ORGULHAR



BRILHANTE 250G, CHAPA CTP; MIOLO 48 PAGES, 21X30 CM, 4 CORES, TINTA POLICROMIA EM COUCHE BRILHO 90G. CHAPA CTP; DOBRADO, GRAMPEADO, COM LAMINAÇÃO FOSCA E VERNIZ UV LOCAL COM OS 2 LADOS DA CAPA IGUAIS.				
--	--	--	--	--

## V – DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O critério do menor preço deve presidir a escolha do adjudicatário direto como regra geral e o meio de aferi-lo está em juntar aos autos do respectivo processo pelo menos 03 (três) propostas.

A despeito desta assertiva, o TCU já se manifestou:

*"adotar como regra a realização de coleta de preços nas contratações de serviço e compras dispensadas de licitação com fundamento no art. 24, inciso II, da lei n. 8.666/93" (Decisão nº 678/95-TCU-Plenário, Rel. Min. Lincoln Magalhães da Rocha. DOU de 28.12.95, pág. 22.603).*

*"Proceda, quando da realização de licitação, dispensa ou inexigibilidade, à consulta de preços correntes no mercado, ou fixados por órgão oficial competente ou, ainda, constantes do sistema de registro de preços, em cumprimento ao disposto no art. 26, parágrafo único, inciso III, e art. 43, inciso IV, da Lei 8.666/1993, os quais devem ser anexados ao procedimento licitatório (...)." Acórdão 1705/2003*

No caso em questão verificamos, como já foi dito, trata-se de situação pertinente à modalidade de Licitação.

De acordo com as diretrizes do Tribunal de Contas da União, como pode ser visto acima, a orientação é que no caso de dispensa e inexigibilidade seja obedecida à coleta de preços, que por analogia deve obedecer ao procedimento da modalidade convite que exige no mínimo três licitantes.

De acordo com a Lei 8.666/93, após a cotação, verificado o menor preço, adjudica-se o objeto àquele que possuir o menor preço, de acordo com o que reza o art. 27 da Lei 8.666/93.

Em relação ao preço ainda, verifica-se que os mesmos estão compatíveis com a realidade do mercado em se tratando de produto ou serviço similar, podendo a Administração adquiri-lo sem qualquer afronta à lei de regência dos certames licitatórios.

As despesas serão realizadas à conta da seguinte dotação orçamentária: **0201.04.122.0110.2.002- manutenção da Assessoria Especial Prefeito e Elemento de gasto: 3.3.90.39.00- Outros serviços pessoa Jurídica- Fonte:1500000000 – Recursos não vinculados de Impostos.**

## VI – DA ESCOLHA

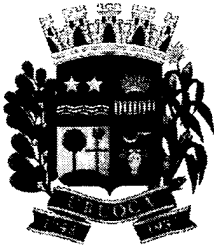
GOVERNO MUNICIPAL DE URUOCA

Rua João Rodrigues, 173 – Centro Uruoca-CE

Ouvidoria Municipal: (88) 992559694 - [www.uruoca.ce.gov.br](http://www.uruoca.ce.gov.br)

[licitação@uruoca.ce.gov.br](mailto:licitação@uruoca.ce.gov.br)





# URUOCA

GOVERNO MUNICIPAL

Tem trabalho,  
tem respeito e  
muito para se ORGULHAR



A empresa escolhida neste processo para sacramentar a objeto pretendido, foi:

- **THIAGO CARNEIRO DE CARVALHO- CNPJ: 24.099.390/0001-67**, com sede na Rua Anahid Andrade, 792, Centro, Sobral-CE, CEP: 62.011-000, no valor total de R\$ **11.400,00 (onze mil e quatrocentos reais).**

## VII – DA HABILITAÇÃO JURÍDICA E DA REGULARIDADE FISCAL

Nos procedimentos administrativos para contratação, a Administração tem o dever de verificar os requisitos de habilitação estabelecidos no art. 27 da Lei 8.666/93. Porém, excepcionalmente, a lei de regências prevê a possibilidade de dispensa de alguns dos documentos, notadamente, os previstos nos artigos 28 a 31, conforme estabelecido no § 1º do art. 32 da Lei 8.666/93.

A propósito, há recomendação do Tribunal de Contas da União nesse sentido:

*"Deve ser observada a exigência legal (art. 29, inciso IV, da Lei nº 8.666, de 1993) e constitucional (art. 195, § 3º, da CF) de que nas licitações públicas, mesmo em casos de dispensa ou inexigibilidade, é obrigatória a comprovação por parte da empresa contratada de:*

*Certidão Negativa de Débito (INSS - art. 47, inciso I, alínea a, da Lei nº 8.212, de 1991);*

*Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais (SRF-IN nº 80, de 1997); e*

*Certificado de Regularidade do FGTS (CEF) (art. 27 da Lei nº 8.036, de 1990). Acórdão 260/2002 Plenário.*

Resta deixar consignado que a contratada demonstrou habilmente sua habilitação jurídica e regularidade fiscal conforme **fls. 18 á 59.**

## VIII – DA MINUTA CONTRATO

Visando instruir a Dispensa de Licitação do Processo Administrativo em epígrafe, definindo claramente as obrigações das partes, esta CPL junta aos autos a Minuta do Contrato.

## IX – CONCLUSÃO

Em relação aos preços, verifica-se que os mesmos estão compatíveis com a realidade do mercado em se tratando de produto similar, podendo a Administração adquiri-lo sem qualquer afronta à lei de regência dos certames licitatórios.

Do acima exposto, inobstante o interesse em contratar a referida empresa, relativamente ao objeto em questão, é decisão discricionária do Ordenador de Despesa da Gestão Pública optar pela

**GOVERNO MUNICIPAL DE URUOCA**

Rua João Rodrigues, 173 – Centro Uruoca-CE

Ouvidoria Municipal: (88) 992559694 - [www.uruoca.ce.gov.br](http://www.uruoca.ce.gov.br)

[licitação@uruoca.ce.gov.br](mailto:licitação@uruoca.ce.gov.br)

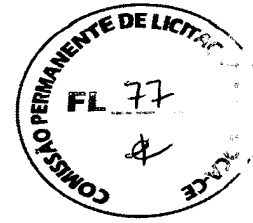




# URUOCA

GOVERNO MUNICIPAL

Tem trabalho,  
tem respeito e  
muito para se ORGULHAR



contratação ou não, ante a criteriosa análise da Controladoria Interna e Procuradoria Municipal de toda a documentação acostada aos autos que instruem o presente procedimento.

Uruoca-CE, 11 de janeiro de 2023.

  
**SÔNIA RÉGIA ALBUQUERQUE SILVEIRA**

Presidente da CPL

  
**MARCELO FERREIRA GOMES**

CPF: 905.055.073-87

Ordenador de Despesa da Secretaria Municipal da Gestão Pública.

**GOVERNO MUNICIPAL DE URUOCA**  
Rua João Rodrigues, 173 – Centro Uruoca-CE  
Ouvidoria Municipal: (88) 992559694 - [www.uruoca.ce.gov.br](http://www.uruoca.ce.gov.br)  
[licitação@uruoca.ce.gov.br](mailto:licitação@uruoca.ce.gov.br)

